



C/ Emendas 01 e 02

1.ª Votação <i>26 / 12 / 89</i>	Resultado <i>AP. UN. UN.</i>
2.ª Votação <i>/ /</i>	
3.ª Votação <i>/ /</i>	

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá.

PROJETO DE LEI Nº 913, DO EXECUTIVO

Comissões Permanentes

DE

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS.

Processo N.º 110/89

Data 22 de dezembro de 1989.

PROponente: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: CRIA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE ABATE DE ANIMAIS E DE-
RIVADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

Rua do Comércio, n.º 566 - Fone (051) 652-1399

Comissão Permanente de

FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Processo nº : 110/89
Parecer nº : _____ Data : 26 / 12 / 89
Referência : PROJETO DE LEI Nº 913, DO EXECUTIVO.

Com referência ao Projeto de Lei nº 913, do Executivo, que cria taxa de fiscalização sanitária de abate de animais e derivados, nosso parecer é favorável à aprovação do mesmo, com a emenda nº 01.

Sala das sessões, 26 de dezembro de 1989.

Assinado
Assinado
Assinado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Vereadores de Butiá

Rua do Comércio, n.º 566 - Fone (051) 652-1399

Comissão Permanente de

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

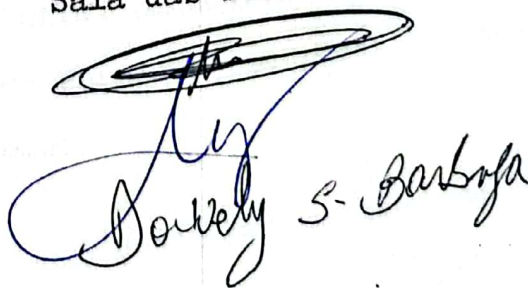
Processo nº : 110/89

Parecer nº : _____ Data : 26 / 12 / 89

Referência : PROJETO DE LEI Nº 913, DO EXECUTIVO

Ao recebermos o Projeto de Lei nº 913, do Executivo, passamos a examinar o mesmo atentamente e constatamos que é constitucional, está elaborado de acordo com as normas legais. Não há nada que impeça a sua aprovação por esta Casa, com a Emenda nº 01.

Sala das sessões, 26 de dezembro de 1989.


Darley S. Barbosa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 — Fone (051) 652-1399

A T O Nº 134/89

INCLUI O PROJETO DE
LEI Nº 913, DO EXECUTIVO, NA PAUTA DOS TRABALHOS.

FERNANDO RUSKOWSKI LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, usando das atribuições legais e na forma regimental, de conformidade com o artigo 35, inciso 1, letra "f", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, inclui na pauta dos trabalhos, o Projeto de Lei nº 913, do Executivo.

Outrossim, a Presidência, usando das atribuições que lhe confere o artigo 42º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, encaminha o Projeto de Lei nº 913, do Executivo, às Comissões Permanentes, para na forma regimental, receber o parecer das mesmas.

Sala das sessões, 22 de dezembro de 1989.

Ver. Fernando R. Lopes
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Em, 22 de dezembro de 1989.

Ver. Leão Londres R. da Silva
1º Secretário



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

Butiá, 22 de dezembro de 1989

SENHOR PRESIDENTE

Estamos encaminhando à Vossa Excelência e aos demais Nobres Vereadores, para apreciação e aprovação, o incluso Projeto de Lei, cuja matéria trata da criação de taxa de fiscalização sanitária de abate de animais e derivados para comercialização dentro do Município.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores, o referido Projeto de Lei, atende a Lei Federal nº 7889, de 23 de novembro de 1989, e ao artigo 23, item II da Constituição Federal, bem como o artigo 2º, letra "a" da Lei 1283, de 18 de dezembro de 1950.

Sendo a Lei 7889, promulgada em novembro de 1989 e prevendo a competência de fiscalização sanitária pelo Município no exercício de 1990, solicitamos a apreciação e aprovação do Projeto de Lei, em Regime de Urgência a fim de efetuar as devidas regulamentações que atendam a aplicação da mesma, por parte da Secretaria Municipal de Finanças.

Atenciosamente,


ADEMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ

PROJETO DE LEI Nº

913

CRIA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE ABATE DE ANIMAIS E DERIVADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR GARCIA MENDES, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte L E I:

Artigo 1º - É criada a Taxa de Fiscalização Sanitária de Abate de Animais e Derivados, que tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos destinados à matança e dos animais abatidos, seus produtos e subprodutos e matérias primas.

Parágrafo Único.- A fiscalização de que trata este artigo, fica restrita aos estabelecimentos e outras modalidades de abate e derivados destinados ao consumo local.

Artigo 2º - A Taxa criada por esta Lei será cobrada em função da espécie de animais, por unidade, com base na seguinte Tabela:

- Bovino	- 01 unidade	1,0 BTN Mensal
- Ovino	- 01 unidade	0,2 BTN Mensal
- Caprino	- 01 unidade	0,2 BTN mensal
- Suíno	- 01 unidade	0,2 BTN mensal
- Galináceo	- 01 unidade	0,02 BTN mensal

Parágrafo Único - O indexador adotado será sempre o mesmo do Governo Federal.

Artigo 3º - A Taxa de Fiscalização Sanitária de Abate de Animais e Derivados será recolhida pelo contribuinte na Tesouraria do Município, através de guia especial instituída pela Fazenda, mediante lançamento direto ou ex-offício, na qual deverá conter: nome do contribuinte e inscrição; local do estabelecimento; quantidade e espécie de animais abatidos e espécie de derivados; valor do tributo por unidade ou lote e mês de competência, a

Artigo 4º - Sem prejuízo da responsabilidade penal, a infração aos produtos de origem animal acarretará ao contribuinte as penalidades previstas na Lei Federal 7889 de 23.11.89.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, o disposto nesta Lei.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

fl. 2

...
Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em,

22/12/89

ADEMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em,

MARCOS LUIZ DE ASSIS ESPINOZA
Secretário Municipal de Administração



APROVADO
em 26 de dezembro de 1989

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 — Fone (051) 652-1399

PROJETO DE LEI Nº 913

(Redação Final)

CRIA TAXA DE FISCALIZA
ÇÃO SANITÁRIA DE ABATE DE ANIMAIS E DERIVA
DOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Artigo 1º - É criada a Taxa de Fiscalização Sanitária de Abate de Animais e Derivados, que tem como fato gerador a fiscalização dos estabelecimentos destinados à matança e dos animais abatidos, seus produtos e subprodutos e matérias primas.

§ 1º - A fiscalização de que trata este artigo, fica restrita aos estabelecimentos e outras modalidades de abate e derivados destinados ao consumo local.

§ 2º - Ficam isentos da taxa os abates efetuados nas propriedades rurais, quando destinados ao consumo próprio das mesmas.

Artigo 2º - A Taxa criada por esta Lei será cobrada em função da espécie de animais, por unidade, com base na seguinte Tabela:

- Bovino	- 01 unidade	1,0 BTN Mensal
- Ovino	- 01 unidade	0,2 BTN Mensal
- Caprino	- 01 unidade	0,2 BTN Mensal
- Suíno	- 01 unidade	0,2 BTN Mensal
- Galináceo	- 01 unidade	0,02 BTN Mensal

Parágrafo Único - O indexador adotado será sempre o mesmo do Governo Federal.

Artigo 3º - A Taxa de Fiscalização Sanitária de Abate de Animais e Derivados será recolhida pelo contribuinte na Tesouraria do Município, através de guia especial instituída pela Fazenda, mediante lançamento direto ou ex-offício, na qual deverá conter: nome do contribuinte e inscrição; local do estabelecimento; quantidade e espécie de animais abatidos e espécie de derivados; valor do tributo por unidade ou lote e mês de competência.

Parágrafo Único - A execução desta Lei será precedida



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 — Fone (051) 652-1399

...

de criação de função específica, nos termos do Dec. 90.922, de 06/02/86, ou veterinário, para o exercício da função fiscalizadora, escolhido por concurso público.

Artigo 4º - Sem prejuízo da responsabilidade penal , a infração aos produtos de origem animal acarretará ao contribuinte as penalidades previstas na Lei Federal 7889, de 23/11/89.

Artigo 5º - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, o disposto nesta Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 1990, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 3º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 26 de dezembro de 1989.

Versª. Neuza Vargas

Rel. Comis. Const. Just. Red. Final



APROVADO
26 de dezembro de 1989

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 — Fone (051) 652-1399

EMENDA Nº 02, ao Projeto de Lei nº 913,

Inclui parágrafo único no artigo 3º, do Projeto de Lei nº 913, do Executivo, com a seguinte redação:

" Parágrafo único - A execução desta Lei será precedida de criação de função específica, nos termos da Dec. nº 90.922, de 06-02-86, ou veterinário, para o exercício da função fiscalizadora", escolhido por concurso público. "

JUSTIFICATIVA

É necessário para o fiel cumprimento da Lei, que ora é proposta tenha o exercente da função fiscalizadora total isenção necessária.

Sala das Sessões, 26 de dezembro de 1.989



APROVADO
em 26 de dezembro de 1989

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 — Fone (051) 652-1399

EMENDA Nº 01, ao PROJETO DE LEI Nº 913

INCLUI PARAGRAFO NO ARTIGO PRIMEIRO do PROJETO DE
LEI Nº 913, do Executivo

É incluído o seguinte paragrafo ao artigo 1º, do
Projeto de Lei nº 913, do Executivo, com a seguinte redação:
"Parágrafo ... - Ficam isentos da taxa os abates
efetuados nas propriedades rurais, quando destina-
dos ao consumo próprio das mesmas".

JUSTIFICATIVA

É fato usual nas propriedades rurais o abate de a-
nimaes destinados ao consumo próprio, atendendo às necessidades dos
proprietários rurais e de seus empregados.

Sala das Sessões, 26 de dezembro de 1.989



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, 566 - Fone (051) 652-1399

PROJETO DE LEI Nº 913

De, 22 de dezembro de 1989

AUTÓGRAFO Nº

Ver. FERNANDO R. LOPES, Presidente da
Câmara Municipal de Vereadores de Butiá, no uso de suas atribuições
legais, declara que, nesta data, esta Casa Legislativa aprovou
o Projeto de Lei nº 913, do Executivo, por unanimidade, em uma
única votação, juntamente com as Emendas nºs 01 e 02.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Em, 26 de dezembro de 1989.

Ver. Fernando R. Lopes

Presidente